

**Para uma ontologia da ficção literária:
da relação entre mundos ao pensamento especulativo**

For an ontology of literary fiction:
from the relationship between worlds to speculative thinking

John Andrew Gomes de Paula

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

johnendreww@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/2029279328791658>


Resumo

O intuito deste artigo é discutir e propor uma reflexão a respeito da possibilidade de uma ontologia da ficção. De maneira mais específica, investigar o status real e existencial dos mundos criados pela ficção literária e qual a relação destes com o “nosso mundo”. Para alcançar esse objetivo, o artigo se desenvolve através de quatro momentos principais e interconectados. Inicialmente, se faz um breve levantamento histórico das raízes da ficção na Antiguidade. Em seguida, investiga-se como se dá a relação entre possível e impossível na ficção, assim como de que maneira essa relação entre limites nos leva para uma relação entre mundos. A partir disso, retoma-se a importância da leitura e da experiência literária de uma forma geral, para se ter acesso a uma compreensão ontológica da ficção. Por fim, explora-se o papel da leitura como antropologia especulativa e busca-se, na medida do possível, fornecer um exemplo dessa abordagem. O fio condutor que permeia todo o texto e é reiterado ao longo de suas principais passagens é o caráter relacional da experiência ficcional, funcionando como modo de compreensão e acesso para uma ontologia da ficção.

Palavras-chave: Ontologia da ficção. Ontologia da experiência literária. Antropologia especulativa. Filosofia especulativa.

Abstract

The purpose of this article is to discuss and propose a reflection on the respect for the possibility of an ontology of fiction. In a more specific way, investigate the real and existential status of the worlds created by literary fiction and what is their relationship with "our world". To achieve this goal, the article will be developed through four main and interconnected moments. Initially, a brief survey of the roots of fiction in the ancient world is made. Then, we investigate how the relationship between possible and impossible occurs in fiction, as well as how this relationship between limits leads to a relationship between worlds. From this, the importance of reading and literary experience in general is resumed, in order to have access to an ontological understanding of fiction. Finally, it explores the role of reading



as a speculative anthropology and seeks, as far as possible, to provide an example of this approach. The guiding thread that permeates the entire text and is reiterated throughout its main passages is the relational character of the fictional experience, functioning as a way of understanding and access to an ontology of fiction.

Keywords: Ontology of fiction. Ontology of literary experience. Speculative anthropology. Speculative philosophy.


1. A ficção na Antiguidade

A experiência literária e ficcional no Ocidente tem como berço a Grécia Antiga. No entanto, dos poetas e *aedos* do mundo antigo aos romancistas da literatura moderna ocorreram diversas transformações no que diz respeito a relação entre humano, mundo e literatura. Os poetas da Antiguidade, por exemplo, ainda que fossem capazes de produzir do inexistente ao existente (aqueles que desenvolviam a *poiesis*), dependiam de uma relação de cooperação para produzir. Essa cooperação se dava entre poeta, musa e público.

Os três agentes supracitados não apenas participavam da experiência poética, como também ocupavam posições variáveis entre si durante essa experiência. Dessa forma, o poeta não era definido como algo em si, mas a partir de sua relação com o público e com as musas. O ato poético surgia, então, como um “modo”. A poesia, assim como a ficcionalidade de maneira geral, dependia muito mais da relação discursiva estabelecida entre poeta, público e musa, do que propriamente do conteúdo desse discurso. Ou seja, o ato poético tratava-se muito mais do “como” do que do “o que” ou “de quem”.

Para que essa tripla cooperação funcionasse era elementar o papel das musas, uma vez que essas inspiravam e delimitavam o discurso do poeta sendo responsáveis por ordenar esse discurso e, ao mesmo tempo, limitá-lo (BRANDÃO, 2005, p. 43-44). É possível compreender a importância do papel das musas e do limite comparando-as às sereias. Uma vez que as sereias eram as musas sem limites, ou seja, eram justamente aquelas que limitavam o discurso, mas sem deterem os limites do seu próprio canto, elas eram as musas que não cessavam de falar e, com isso, levavam o poeta à morte. O canto ininterrupto era a marca distintiva da sereia em relação à musa.

A partir da figura da sereia observa-se que o ato poético – inspirado pelas musas - não se trata de uma verborragia do discurso, de um discurso incontrolável, e sim de uma limitação (de um “corte”) do discurso capaz de gerar efeitos, efeitos estes que se alastram do mundo ficcional ao real. E se a ficção, assim como o ato poético dos gregos, não se trata de um discurso




ilimitado, o espaço que o inexistente ocupa nela também não deixa de ser delimitado. Assim, a relação que a ficção estabelece entre o real e o falso trata-se mais de um campo de disputas, de um deslocamento de limites, do que propriamente de uma hierarquização. Um olhar atento ao funcionamento da ficção pode demonstrar que o real e o falso guardam entre si maior relação de proximidade do que de distância.

Vale lembrar que a ficção – leia-se a literatura ficcional – só é possível se houver verossimilhança, ou seja, não basta que ela trate do inexistente ou apenas nos conte uma mentira, para ser ficção. Ela deve também convencer o leitor de que é uma mentira verdadeira. Deve se passar por real, ainda que autor e o leitor não a tomem integralmente como real. Nesse sentido, o estatuto ontológico assumido pela ficção é o de “como se fosse” o real, de “quase” real.

O mundo ficcional se estabiliza e se passa pelo real não substancialmente, mas através de um modo. É como se a ficção agisse como um “troca-peles” e, nessa condição, pudesse existir no lugar do outro e junto a ele. A ficção, portanto, depende de um pacto ficcional (seja no caso da cooperação entre poeta, musa e público ou no caso da literatura moderna) estabelecido entre ambas as partes, uma vez que ela trabalha com a certeza do falso. Porém, se a noção de pacto fictício pode ser esboçada desde os poetas gregos, foi a partir do direito romano que ela ganhou corpo e consolidou de fato a ideia de ficção da qual, em grande medida, compartilhamos até hoje.

O direito romano deu à ficção o estatuto de atributo jurídico e passou a empregá-la como uma adaptação dos fatos a lei. Os juristas romanos sabiam quando ficcionalizavam ou não, quando faziam da ficção jurídica um instrumento eficaz. Tratava-se, então, de produzir efeitos. A ficção não era usada para substituir o real, mas para produzir efeitos no e do real. O trecho seguinte de Eduardo Sterzi define muito bem a relação entre escrita, efeito e realidade:

Um <intelectual> talvez seja quem escreva não para dizer a verdade, mas para produzir efeitos. Verdade é uma noção fundamentalmente religiosa, secularizada apenas parcialmente nas suas variantes filosófica e científica. Efeito é, antes de tudo, uma noção física: diz respeito ao encontro – carícia, atrito, choque – dos corpos. É por isso que um filósofo ou um cientista não são necessariamente intelectuais – talvez o sejam somente à revelia de suas disciplinas e à medida que consigam incorporar às suas obras uma dimensão que é, a um só tempo, poética e política: a dimensão corpórea (STERZI, 2019).



No tocante ao papel da ficção, não parece ser esse, justamente, o intuito da escrita ficcional: produzir efeitos? Os efeitos ficcionais têm a mesma capacidade de reverberar no plano da existência, assim como uma pedra arremessada com força pode produzir distorções na superfície da água. E se o efeito diz respeito ao encontro, o encontro só é possível quando os dois objetos, ou dois sujeitos, se encontram no mesmo plano.

Se a produção de efeitos é a marca deixada pela ficção no direito, a marca deixada pelo direito na ficção é, acima de tudo, a questão da institucionalidade. Contudo, como demonstrou Jacques Derrida, dentro do conjunto das instituições a literatura só pode assumir o papel de estranha instituição¹:

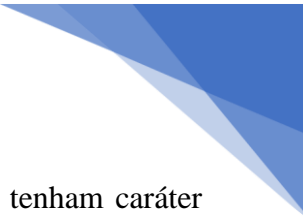
O espaço da literatura não é somente o de uma *ficção* instituída, mas também o de uma *instituição fictícia*, a qual, em princípio, permite dizer tudo. Dizer tudo é, sem dúvida, reunir, por meio da tradução, todas as figuras umas nas outras, totalizar formalizando; mas dizer tudo é também transpor [*franchir*] os interditos. É *liberar-se* [*s'affranchir*] - em todos os campos nos quais a lei pode se impor como lei. A lei da literatura tende, em princípio, a desafiar ou a suspender a lei. Desse modo, ela permite pensar a essência da lei na experiência do “tudo por dizer”. É uma instituição que tende a extrapolar [*déborder*] a instituição (DERRIDA, 2014, p. 49, grifos do autor).

A literatura enquanto instituição fictícia coloca em questão os limites e a ordem que determinam a própria ideia de instituição, pois, como já discutiu-se, a experiência ficcional trata-se de questionar, justamente, as fronteiras (os limites) estabelecidas entre o existente e o inexistente. Desse modo, ao se instituir a literatura e, conjuntamente, sua meta-institucionalidade - sua dúvida constante sobre a própria institucionalidade - ela se posiciona como uma instituição estranha em relação às demais. Sua estranheza não se deve a nenhum desconhecimento e sim ao fato de ser uma instituição outra, uma instituição que se situa (quase)fora² de lugar. Nesse sentido, a literatura é, por excelência, a casa do estrangeiro. O lugar onde habita aquele que vem de outros mundos.

A literatura ficcional é capaz de colocar ao leitor diversas questões simultâneas, como: o que é o que eu chamo de mundo? Que mundo habito na leitura? Qual a relação entre esses

1 Conceito utilizado pelo filósofo franco-argelino para situar o lugar da literatura, presente no livro: DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

2 A inserção do termo quase não se trata de um mero recurso estilístico. Assumindo uma inspiração derridiana e de seus quase-conceitos, o uso do prefixo indica aqui a posição paradoxal desse fora no qual a literatura se situa. Ao mesmo tempo em que ela representa um fora em relação às instituições comuns, essa situação de exterioridade é forjada no próprio interior do sistema de instituições. Sendo assim, o quase indica um limite onde a posição da literatura deve ser pensada sem resumir-se a uma posição simples.



mundos? Existe mais de um? As respostas a essas perguntas, ainda que não tenham caráter definitivo, são possíveis através de uma investigação das relações e dos modos de existência. O estatuto ontológico da ficção pode ser compreendido a partir de sua relação com a experiência literária.

2. A experiência literária e a possibilidade de outros mundos


A experiência literária, seja do autor ou do leitor, carrega consigo um modo de existência, pois a literatura é inseparável da perspectiva de mundo que habita cada obra. Uma vez que o sujeito também carrega junto a si outra perspectiva, a experiência literária provoca um choque entre mundos. É esse choque a possibilidade ficcional de produzir efeitos no real.

Todavia, ainda que a efetivação da experiência literária se dê após estabelecido o pacto ficcional, a imersão no mundo ficcional pode levar a uma “indecidibilidade”, tornando-se impossível optar por um só mundo. Tal indecidibilidade entre mundos não implica afirmar que o sujeito submerso na experiência literária não tenha mais condições de discernir entre mundo real e mundo ficcional. Trata-se, na verdade, de reconhecer uma contaminação recíproca entre esses mundos, ambos não podendo mais retornar a ser o que eram antes do contato de um com o outro.

A história da literatura pode exemplificar inúmeros casos de personagens como Ulisses, Édipo, Hamlet, Dom Quixote e tantos outros que, do mundo ficcional, passaram a habitar o mundo real e nunca mais o abandonaram. A possibilidade de uma ontologia transmudana deve-se não apenas ao caráter modal da existência fictícia, mas também à viabilidade desses mundos serem reinventados de acordo com cada período histórico.

Os grandes clássicos da literatura, ao atravessarem gerações, existem num plano transmundo, que por sua vez varia conforme o lugar e o tempo em que é experienciado. Dessa forma, a relação entre mundos proporcionada pela ficção também pode ser entendida como uma relação entre mundo real e mundo possível. Todo recorte histórico carrega consigo seu próprio mundo possível, e assim, se relaciona com a literatura de uma forma particular.

É importante ressaltar que a transição entre mundos implica desestabilizar a ideia de que só é possível existir um mundo de cada vez. A discussão em torno do *status* ontológico da ficção, da maneira aqui proposta, não toma a literatura numa acepção clássica, como *mimesis* do real. Assim como a ideia de mundo ficcional não é entendida simplesmente em sentido



metafórico, o que implicaria considerar o mundo ficcional apenas como uma comparação ou representação do real.

Recorre-se, então, a ideia de equivocidade controlada usada por Eduardo Viveiros de Castro, pois o objetivo é que a transição entre mundos que ocorre na ficção, assim como a tradução intercultural pretendida pelo antropólogo, não dissimule a diferença em mera semelhança:

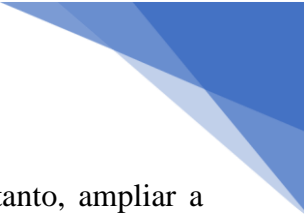
Já a equivocação controlada seria a consciência teórica de que se nosso modelo de relação é a fraternidade, para os índios é a afinidade, e que quando nós dizemos “irmão” para um não-parente, e quando o índio diz “cunhado”, nós estamos dizendo coisas opostas, mas no mesmo sentido, ou, inversamente, coisas semelhantes, mas com sentidos opostos. Porque nossos conceitos de relação social são diferentes...O equívoco é a impossibilidade de você resolver essa situação, ou seja, se você chamar um índio de “cunhado” estará forçando sua própria “língua” sociológica, mas se chamá-lo de irmão está violando a língua sociológica dele. Esse tipo de nó é o que eu chamo de equivocação (VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 159).

Ao pensar a tradução entre mundos pelo equívoco e não pela equivalência, abre-se a possibilidade da preservação de ambos os mundos não pela crença na identidade, mas através da afirmação da diferença. A estrutura ontológica do universo ficcional deixa de ser pautada somente no que ela carrega do real, uma vez que o real também carrega a existência desse outro mundo consigo. Converte-se o *status* ontológico do ficcional, se não a totalmente autônomo, ao menos ao mesmo plano existencial do real.

Conforme o que foi comentado a partir do fragmento de Eduardo Sterzi, se efeito e encontro são duas noções físicas, os efeitos produzidos por um encontro entre mundos só podem ocorrer desde que os mundos encontrem-se num mesmo plano de imanência. O encontro entre dois mundos (ou mais) torna-se possível, dessa maneira, em uma superfície ontológica plana. A relação entre mundos deixa de se estruturar hierarquicamente e passa a se estabelecer de maneira horizontal. A experiência ficcional transmundo sobrepõe os modos de existência, de maneira que eles não deixem de ser vários e não se submetam ao domínio de nenhum.

3. Do lugar do impossível à natureza relacional da ficção

Juntamente a essa planificação do real acrescenta-se que a literatura toma como objeto não só aquilo que é possível, como também o impossível. O impossível entendido aqui como aquilo que não é possível ainda, ou então, como o que é possível apenas através da imaginação. Ao planificar várias ontologias em uma superfície, não se estaria reduzindo tudo que existe ao



material, mas garantindo ao imaterial o mesmo grau de existência³. No entanto, ampliar a abrangência do real, não se trata de desconsiderar as aberturas que o mundo possui, que impedem qualquer tentativa de totalização e alargam, ao mesmo tempo, o campo de possibilidades. Pois, tudo aquilo que não é no mundo ou que o mundo não é, se constitui como o campo do possível. Moysés Pinto Neto define muito bem as relações da literatura com o possível e o impossível:


A literatura habita o mesmo espaço espectral que o sonho. A ficção é aquilo que não cansa de lembrar as infinitas variações do possível [...] Chama-se ficção justamente esse impossível que acontece, arrombando o campo pré-dado de qualquer programação. A monstruosidade da literatura é da ordem do espectral, real com seus próprios direitos, sem configurar uma representação. Habitando o limiar entre o vivo e o não vivo, literatura é a intervenção que assombra o instituído, um espectro que ronda a naturalização do hábito enquanto a sombra do impossível (NETO, 2015, p. 125).

Uma vez que mundo real e ficcional encontram-se nivelados, o campo do possível e do impossível também deve ser estendido a ambos. Sendo assim, se foi estipulado primeiramente que o impossível seria qualidade dos objetos do mundo fictício, deve-se assumir que o impossível também pertence ao mundo real. Ou seja, o contato com o âmbito do real também pode ser delimitado por aquilo que não se concretiza enquanto possibilidade.

O acesso ao mundo se dá, invariavelmente, de maneira particular e contingente. Até mesmo a cognoscibilidade do que se tem acesso só é possível devido a uma sistematização que não é natural ao mundo, logo, a relação homem-mundo se efetiva, tanto pelo campo de possibilidades, quanto por uma relação com o impossível da qual não podemos fugir. A literatura assume, então, a tarefa de lidar com este impossível - com o que o humano não é capaz de experienciar com base nos limites de sua razão. A experiência literária, de modo especulativo, repensa o que está no limite e o que está para além dele.

Apesar da relativa autonomia dos mundos ficcionais, não se deve esquecer que suas existências apenas concretizam-se de fato por meio da leitura. Seu “nascimento”, por tanto, já é relacional. É a partir da relação com um outro, do vínculo estabelecido entre literatura ficcional e leitor, que o mundo ficcional ganha vida. A leitura funciona como experiência de dupla efetivação, do possível e do impossível.

³ Entende-se que essa é uma discussão controversa. Moysés Pinto Neto (2013) aborda muito bem este problema em sua tese, “A Escrita da natureza: Derrida e o materialismo experimental”. Vale lembrar que os próprios autores que compõe o grupo, mais ou menos coeso, do Realismo Especulativo, divergem sobre as denominações e abordagens a serem utilizadas.



Do mesmo modo que Derrida afirma não haver “um fora do texto”, podemos dizer que não há um fora do mundo. Pelo menos não há um fora absoluto, assim como não há sistema totalmente fechado. Todo fora trata-se de uma tentativa de expulsão de um elemento interior ao sistema para que se constitua uma plena totalidade. Entretanto, o que se preserva dentro da totalidade sempre mantém uma relação de coexistência com o que está, supostamente, fora⁴.

A fronteira de um mundo é outro mundo, e, diante desse choque cosmológico, a leitura estimula a visão até o ponto em que essas fronteiras se tornem fluídas. A leitura possibilita, então, que se observe o movimento de deslizamento da fronteira de cada mundo para dentro do território do outro. Dessa forma, a contaminação recíproca favorece a possibilidade da existência de vários mundos a partir de suas naturezas relacionais e não relativas.

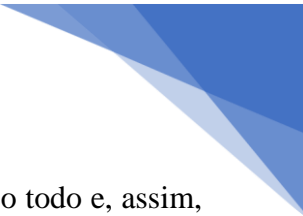
Retomando a assertiva de Derrida, pode-se tomar a realidade como um texto, ou um conjunto de vários deles. Mesmo que essa noção possa ser empregada em um sentido metafórico, a possibilidade de ler o mundo ainda permanece como uma maneira legítima de experienciá-lo de fato, pois, conforme o que foi discutido até aqui, a leitura enquanto experiência do ficcional acessa modos de existência que podem partir do inexistente ao existente, assim como trilhar o caminho inverso. Nesse sentido, a leitura como forma de experienciar o mundo acaba sendo, intrinsecamente, uma maneira de viver um conflito entre mundos.

4 A leitura e o pensamento especulativo

Ainda com relação a noção de leitura, o conceito de antropologia especulativa, cunhado por Juan José Saer e desenvolvido por Alexandre Nodari, nos dá uma pista de para onde seguir:

Mas se a leitura é esse entrecruzamento (fazer o mundo consistir e também desconsisti-lo, dando consistência a outros mundos escobertos), então ela não se reduz à leitura de textos escritos, isto é, à leitura em sentido estrito, mas constitui uma *experiência* de contato com o mundo e suas diferentes intensidades, uma prática ético-política (ou ecológica) de adquirir uma consistência singular, mas sempre fugidia, no encontro com as multiplicidades, um habitat (sempre precário e finito) no cosmos, ou seja, uma experiência de antropologia e cosmografia, uma *antropologia especulativa*. Todo mundo lê (o mundo) o tempo todo (NODARI, 2015, p. 78, grifos do autor).

4 Se fosse possível resumir o que se busca explicar nesse parágrafo, poderíamos dizer que se trata de afirmar não haver qualquer tipo de transcendência ao que entendemos por real ou por mundo. Tudo aquilo que foi atribuído a um mundo transcendente sempre foi determinado por meio deste mundo material que é imanente a nós. Desse modo, a diferenciação entre dentro e fora do mundo só pôde ser sustentada através de uma distinção artificial.



De acordo com Alexandre Nodari, nosso hábito de ler o mundo o tempo todo e, assim, experienciá-lo em suas diferentes formas e intensidades, pode ser entendido como um exercício de antropologia especulativa. Busca-se delimitar alguns sentidos possíveis para esse entendimento da literatura como uma antropologia especulativa, refletindo a partir dos sentidos que os termos antropologia e especulativa suscitam por si mesmos.

Em primeiro lugar, assim como a antropologia, que reflete simultaneamente a partir de seu objeto e a respeito dele⁵, a literatura não trata apenas do que é inexistente, como sempre está reformulando, em sua própria atividade, as fronteiras entre o real e o ficcional, entre o possível e o impossível. Nesse sentido, aos moldes da antropologia, toda literatura é, intrinsecamente, uma meta-literatura (NODARI, 2015, p. 81-82).


Em seguida, ainda de acordo com a atividade do antropólogo e em consonância com o que já foi dito a partir de Eduardo Viveiros de Castro, a literatura realiza uma tradução por equivocidade. Sendo a literatura constituída pelas e nas palavras, a tradução sempre esteve dentro do campo de seus problemas. Todavia, a tradução compreendida enquanto equívoco controlado, abandona-se a ideia de tradução como uma busca hermenêutica por algum sentido escondido e primeiro da linguagem, ao mesmo tempo em que a existência simultânea de outros mundos é potencializada por uma tradução que se ocupa da relação entre as diferenças mais do que das identidades.

A noção de especulativo, por sua vez, se relaciona à literatura inicialmente a partir de seu sentido mais comum, ou seja, na literatura enquanto especulativa trata-se de reconhecer seu caráter imaginativo e expansivo. O pensamento especulativo pode ser entendido como o pensamento da diferença, aquele que extrapola o possível através do impossível.

Por fim, tomar a literatura como antropologia especulativa refere-se ao caráter imagético e especular do termo. A literatura também desempenha o papel de espelhar uma imagem daquele que se coloca diante dela. Entretanto, o espelho da literatura não reflete uma imagem invertida e sim distorcida. É como se a cada dia que Dorian Gray olhasse em seu retrato, observasse um sujeito diametralmente outro.

No intuito de ilustrar melhor a discussão desenvolvida até aqui, selecionou-se um exemplo de como a literatura pode atuar como antropologia especulativa. O ensaio chama-se

⁵ É comum que um estudo etnográfico não reflita apenas sobre a sociedade estudada em si, mas sobre os próprios conceitos e limites que formam seu campo de atuação: sociedade, natureza, cultura, etnia, etc.



Pense na Lagosta e foi publicado originalmente pela *Gourmet Magazine* em 2004⁶. Foi escrito por David Foster Wallace, escritor norte-americano que suicidou-se em 2008. Ainda que o texto seja uma crônica e possa ser entendido como mais próximo ao âmbito do jornalismo literário do que da literatura ficcional, a escrita de Foster Wallace pode encaixar-se tranquilamente em um gênero híbrido.

O caminho percorrido pelo autor ao longo do texto é rico em reflexões, como também traz informações detalhadas. Encarregado de cobrir o Festival da Lagosta de Maine, Foster Wallace inicia sua cobertura a partir de uma longa descrição do festival e de seus frequentadores. A capacidade de percepção do autor das entrelinhas de uma sociedade que não se dá conta da própria ficção em que está imersa e, por conseguinte, a habilidade de transferir isso para sua literatura, poderia ser comparada ao trabalho de um hábil etnógrafo.

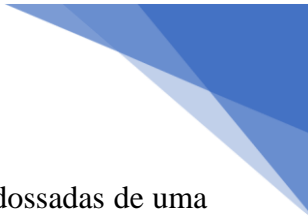
Partindo da observação, mas sem se restringir a ela, o escritor norte-americano flutua entre análises psicossociais, econômicas, históricas, encerrando o ensaio com reflexões que se adequariam a qualquer tratado de ética. Interessante notar também que o autor não esconde sua frustração em determinados momentos do relato, assim como ironiza a própria expectativa dos leitores da revista:

Devo admitir que também me parece improvável que muitos leitores de *Gourmet* queiram pensar sobre isso ou ser questionados a respeito da moralidade dos seus hábitos alimentares por uma revista mensal de gastronomia. Porém, como a pauta definida para este artigo é descrever como foi participar do FLM de 2003, e por causa disso passar vários dias em meio a uma grande massa de americanos comendo lagostas, e conseqüentemente ser mais ou menos impelido a pensar a fundo sobre lagostas e sobre a experiência de comprar e comer lagostas, calha que não existe uma maneira honesta de evitar certas questões morais (WALLACE, 2012).

Em muitos momentos Foster Wallace faz uso de uma metalinguagem, assim como parece estar sempre incerto a respeito da natureza daquilo que escreve. Se trata de um texto jornalístico? Um ensaio filosófico? Uma crítica ao modelo capitalista de consumo? A experiência literária do autor como ensaísta e romancista parece acompanhá-lo ao longo de todo o relato, deixando sempre em questão não apenas o assunto, como o próprio modo da escrita.

O tema principal do texto, a situação das lagostas em meio a uma transformação nos hábitos alimentares, nos modos de consumo e a relação devastadora entre humano e mundo,

⁶ O título original é, *Consider the Lobster*. O texto foi publicado para o português mais tarde, através da coletânea de ensaios: *Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo*. Cia das Letras, 2012.



também é abordada de maneira singular. As reflexões moralmente densas, endossadas de uma minuciosidade de detalhes e informações, levam o leitor a adentrar um mundo artrópode-humano.

As comparações entre lagostas e outros animais que têm sua existência atravessada pelo prazer degustativo humano são apresentadas juntamente a questionamentos éticos que suscitam a necessidade de se redefinir as relações entre humano e animal. Assim como as abstrações entre o comportamento de lagostas que são colocadas vivas em uma panela de água fervente e o comportamento que apresentaria um humano em mesma situação (embasadas também em argumentos científicos), levam até mesmo o amante de frutos do mar a se colocar, ao menos por um instante, no lugar das lagostas.

David Foster Wallace faz com que sua literatura circule entre os estilos do real e do ficcional e a partir de um exercício de antropologia especulativa transita entre outros modos de escrita, assim como entre outros modos de existência. Pensar na lagosta passa a se tornar um convite a pensar como ela.

A experiência literária proporcionada pelo ensaio nos coloca diante de um grande aquário que reflete uma figura turva, porém, quando se olha atentamente para a figura refletida no aquário, a imagem é de algo irreconhecível. Não se sabe se trata-se de uma lagosta, de um humano, ou de algo que era, até o momento, impossível de se pensar a partir de um mundo só.

Referências


BRANDÃO, Jacyntho José Lins. *Antiga Musa: (arqueologia da ficção)*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

BULL, Paulo. Contra-antropologia, contra o estado: uma entrevista com Eduardo Viveiros de Castro. *Revista Habitus*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 146-163, 2014.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DOLEZEL, Lubomír. *Heterocosmica: Fiction and Possible Worlds*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

NETO, Moysés Pinto. A estranha instituição da literatura no multiverso dos espectros. *Alea: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 114-126, 2015.



NODARI, Alexandre. A literatura como antropologia especulativa. *Revista da ANPOLL*, Florianópolis, v. 1, n. 38, p. 75-85, 2015.

SAER, Juan José. O conceito de ficção. *Sopro*, Florianópolis, v. 15, p. 1-4, 2009.

STERZI, Eduardo. Hipóteses. *Meteoro – revista de poesia*, São Paulo, v.1, 2019.

THOMAS, Yan. Los artificios de la verdad. La ficción en derecho medieval. *In: THOMAS, Yan. Los artificios de las instituciones*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1999. p. 37-54.

VAIHINGER, Hans. A forma linguística da ficção. Análise do como se. *In: VAIHINGER, Hans. A filosofia do como se*. Chapecó: Argos, 2011. p. 239-246.

Recebido: 04-06-2020

Aceito: 22-03-2021